



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA**

DIEGO HENRIQUE ALVES DA SILVA

**ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E GASTOS PÚBLICOS NA GESTÃO MUNICIPAL NA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA**

DIEGO HENRIQUE ALVES DA SILVA

**ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E GASTOS PÚBLICOS NA GESTÃO MUNICIPAL NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Gestão Pública, do Centro de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da
Paraíba UFPB, como requisito parcial para obtenção do
título de tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sabrina de Melo Cabral

João Pessoa

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Diego Henrique Alves da.

Análise da correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano e gastos públicos na gestão municipal na Paraíba / Diego Henrique Alves da Silva. - João Pessoa, 2018.
39 f. : il.

Orientação: Sabrina de Melo Cabral.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Gasto Público. 2. Gestão Municipal. 3. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. I. Cabral, Sabrina de Melo. II. Título.

UFPB/BC

ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E GASTOS PÚBLICOS NA GESTÃO MUNICIPAL NA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Data da Aprovação: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Sabrina de Melo Cabral
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Glenda Dantas Ferreira
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Membro Examinador Interno

Prof. Ms. Nicolas Renato Siqueira de Araújo
Membro Examinador Externo

Dedico a minha Mãe, pessoa mais importante da minha vida, pelo exemplo de coragem e luta, e que com muito amor e carinho não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, autor da vida e de todas as coisas, que me deu força e coragem para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas durante o curso. A quem agradeço imensamente por todas as oportunidades e conquistas que foram colocadas em minha vida.

A professora Sabrina, minha orientadora, por ter acompanhado minha trajetória durante todo o curso e sempre ter me auxiliado e contribuído positivamente com minha vida acadêmica, a quem serei sempre grato pelos ensinados adquiridos ao longo desses anos.

A todos os professores do curso de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba. Obrigado a todos pelas palavras de carinho e incentivo, pelos conhecimentos repassados e por toda atenção dada durante esse período, sem vocês nada disso seria possível.

A todos os servidores que contribuem para que a UFPB continue sendo uma instituição grandiosa da qual eu me orgulho em fazer parte.

Aos meus amigos de curso, os que ingressaram comigo ou aqueles que eu conheci durante essa jornada. Guardarei sempre com carinho os bons momentos que passei com todos vocês. Todos vocês têm grande parcela de contribuição na minha graduação e sou grato por isso.

A toda minha família, em especial a você Mainha e a você Meu Irmão, pelo convívio diário, pelos incentivos, por acreditarem em mim, por me ajudarem sempre que necessitei e por estarem comigo em todos os momentos. Vocês fazem parte dessa realização!

A todos que contribuíram direta ou indiretamente comigo nesta caminhada, saibam que, de algum modo, contribuíram para a realização de um sonho. Gratidão!

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) conferiu os municípios uma ampliação de suas competências, apesar disso, após mais de duas décadas da promulgação da CF/88, muitos municípios não estão aptos a exercer as competências que lhe foram atribuídas. Estudos referentes à gestão fiscal mostram que parte dos municípios brasileiros têm dificuldades financeiras. Ao fazer a análise de indicadores de desenvolvimento humano os números também mostram que vários municípios têm índices baixos. Com base nisso esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto dos gastos públicos, no âmbito dos municípios paraibanos, na variação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Para tanto foi selecionado uma amostra de 28 municípios com população entre 20.001 e 150.000 habitantes e em seguida uma subamostra com 10 municípios que tem os maiores e menores IDHM's do grupo. Os dados referentes ao IDHM foram coletados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, já os dados referentes aos gastos foram coletados no Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres), do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), com dados referentes aos anos de 2003 a 2010. Para análise dos dados foram utilizados os métodos estatísticos de Coeficiente de Correlação Linear de Pearson e o Coeficiente de Determinação que foram analisados com o auxílio do *software* estatístico *IBM SPSS Statistics Version 22* e do *Microsoft Excel 2013*. O estudo se baseou em duas hipóteses, onde apenas uma foi confirmada totalmente, enquanto a outra foi parcialmente refutada. Após a análise concluiu-se que os gastos públicos são um fator condicionante na composição do IDHM. As análises realizadas demonstraram que o alto índice de desenvolvimento esteve atrelado aos municípios que tiveram os maiores gastos.

Palavras-chave: Gasto Público; Gestão Municipal; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

ABSTRACT

The 1988 Federal Constitution (CF/88) conferred on municipalities an expansion of their competences, despite this, more than two decades after the enactment of CF/88, many municipalities are unable to exercise the competencies assigned to them. Studies related to fiscal management show that some Brazilian municipalities have financial difficulties. When analyzing human development indicators, the figures also show that several counties have low indexes. From this, the objective of this study is to evaluate the impact of public spending on the variation of the Municipal Human Development Index (IDHM). For that, a sample of municipalities with a population between 20.001 and 150.000 inhabitants was selected and the a subsample with 10 municipalities that has the largest and smallest IDHM of the group.

The data about IDHM were extracted from the website of Atlas of Human Development in Brazil and the data about spend were extracted from the website of System of Monitoring the Management of Society Resources (Sagres), of Court of Accounts of the State of Paraíba (TCE/PB), with data from 2003 to 2010. To analyze the data were used the statistical methods of Pearson's Linear Correlation Coefficient and the Coefficient of Determination, through of statistical softwares *IBM SPSS Statistics Version 22* and *Microsoft Excel 2013*. The study was based on two hypotheses, where only one was fully confirmed, while the other was partially refuted. After the analysis, it was concluded that, the public spending is a conditioning fator in the composition of the IDHM. The analysis showed that the high development indexes to the municipalities that had the highest expenses.

Keywords: Public Spending; Public Municipal Management; Municipal Human Development Index.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Municípios que possuem entre 20.001 e 150.000 habitantes	25
Figura 2 – Municípios por IDH	26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação das transferências redistributivas e da receita tributária na composição orçamentária dos municípios Paraibanos em 2015.	22
Gráfico 2 – Participação das receitas tributárias e das transferências redistributivas nos municípios Paraibanos, de 2003 a 2015 (% da receita corrente).	22
Gráfico 3 – IDHM e despesa total	29
Gráfico 4 – IDHM e % do gasto com educação	30
Gráfico 5 – IDHM educação e % do gasto com educação	31
Gráfico 6 – IDHM longevidade e % do gasto com saúde	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos de gestão pelo IFGF.	17
Quadro 2 – Classificação do IDHM.	19
Quadro 3 – Estudos sobre gastos públicos e indicadores sociais.	20

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios paraibanos que possuem entre 20.001 e 150.000 habitantes.	24
Tabela 2 – Relação de municípios por IDH.	25
Tabela 3 – Interpretando a correlação de Pearson.	27
Tabela 4 – Gastos públicos no período de 2003 a 2010.	28
Tabela 5 – Relação entre as variáveis: gastos e índice de desenvolvimento.	28
Tabela 6 – Evolução do IDHM e % de gastos em educação e saúde.	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF/88	Constituição Federal de 1988
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCL	Receita Corrente Líquida
SAGRES	Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade
TCE/PB	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. GESTÃO MUNICIPAL E O GASTO PÚBLICO	13
3. INDICADORES SOCIAIS E DE GESTÃO	15
3.1 Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)	17
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	18
4. GESTÃO MUNICIPAL E INDICADORES	19
5. METODOLOGIA	23
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) conferiu aos municípios uma ampliação de suas competências, esse movimento ocorreu devido a um processo de descentralização governamental adquirida no período de pós-redemocratização. A partir disso estabeleceu-se então um novo formato institucional, pautado por uma gestão descentralizada e participativa, nas esferas municipal, estadual e federal (ROCHA, 2009).

Com uma nova Constituição, batizada de Constituição Cidadã (COVRE, 2006), em vigor e com os estados e municípios mais autônomos, à sociedade também conquistou seu grau de importância dentro do cenário político-administrativo. A participação social aumentou consideravelmente: a população passou a ser chamada para elaboração de políticas públicas, passou a ser decisiva em escolhas orçamentárias, como na implementação de orçamentos participativos, na participação em conselhos municipais, na interação com o poder público através de canais de participação (ouvidorias), entre outras maneiras de participação social.

A maior autonomia conferida aos municípios também trouxe como consequência dificuldades fiscais a esses entes federativos, é o que apontam avaliações anuais do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), que é um estudo anual, construído com base em dados oficiais dos municípios e que avalia a eficiência da gestão pública com base em seu desempenho fiscal. As dificuldades fiscais levantadas pelo IFGF, podem estar relacionadas a dificuldades dos municípios de realizarem investimentos públicos que maximizem o bem-estar social.

Por sua vez, o *ranking* elaborado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), para mapear o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é um indicador socioeconômico baseado em três pilares: a) longevidade; b) educação; e c) renda, realizado com 5.565 dos 5.570 municípios brasileiros, apontou que menos de 2.000 apresentam um índice de desenvolvimento humano “muito alto” ou “alto”.

No contexto da Paraíba o relatório do IFGF, em sua edição de 2016 apontou que 79,9% dos municípios analisados recebeu um conceito de gestão crítica, situação que se configura pelo somatório de uma baixa capacidade de arrecadação, somado a quanto é empregado em gasto com pessoal, a liquidez das contas, o custo da dívida e a capacidade do município de fazer investimentos. Já quando se trata do IDHM a situação também é alarmante, dos 223 municípios, nenhum aparece classificado com índice muito alto, a maioria dos municípios (152), possuem um índice baixo.

O IFGF e o IDHM são indicadores que avaliam a qualidade da gestão e o desenvolvimento humano de determinada localidade respectivamente (LEITE FILHO; FIALHO, 2015; OLIVEIRA; SILVA, 2012). Dentro do contexto da gestão pública, a utilização dos indicadores pode auxiliar a tomada de decisão dos gestores, pois por meio deles é possível construir um diagnóstico para subsidiar a formulação e a avaliação de políticas públicas (PEREIRA; PINTO, 2012).

Observando esse cenário é possível perceber que há uma tendência dos municípios brasileiros vivenciarem problemas quanto a situação fiscal e também quanto ao seu desempenho referente ao desenvolvimento humano. A relação entre gastos públicos e indicadores obteve tanta importância que alguns autores dedicaram tempos em suas pesquisas para tentar verificar como se estabelece a relação entre essas variáveis, quais os fatores condicionantes entre uma e outra, quais as contribuições que uma tem em detrimento da outra, entre outras análises semelhantes.

Alguns desses estudos serviram como base para a elaboração desta pesquisa foram eles os estudos de: REZENDE, SLOMSKI, CORRAR, 2005; SCARPIN, SLOMSKI, 2007; CAVALCANTE, LARIU, 2012; LEITE FILHO E FIALHO, 2014; SILVA ET AL., 2015; ROMANO, MOURÃO, 2015; MIRALDO, MARTINS, 2017; TERNOSKI, RIBEIRO, CLEMENTE, 2017; e COURA, CARVALHO, SOUSA, 2017. As análises foram as mais variadas e essas análises também possibilitaram a elaboração de hipóteses.

Com base no exposto, a pesquisa mostra-se necessária para que seja feito um levantamento, junto aos municípios do estado da Paraíba, quanto aos gastos empreendidos entre os anos de 2003 a 2010 e o IDHM total, e nas áreas de educação e longevidade referentes a 2010, e responda o seguinte questionamento: Quais são os impactos dos gastos públicos, especificamente nas áreas de educação e saúde, na variação do IDHM dos municípios paraibanos?

Dessa maneira o estudo tem por finalidade em seu objetivo geral analisar o impacto dos gastos públicos, no âmbito dos municípios paraibanos selecionados, na variação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O estudo também se baseia em duas hipóteses que foram construídas a partir das pesquisas que serviram como base para a construção desse estudo. Tais hipóteses são: a) quanto maior o gasto municipal, maior será o IDHM; e b) os municípios com melhores IDHM's, nos quesitos educação e longevidade, são os que têm os maiores percentuais de gastos em educação e saúde.

A pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratório-descritiva, proporcionando uma familiaridade do leitor com o tema e em seguida descrevendo as relações entre as

variáveis, quanto a seus procedimentos ela é classificada como bibliográfica, desenvolvida mediante material já elaborado e coletado em livros e artigos científicos, já a análise dos dados foi feita através de uma metodologia quantitativa, para estabelecer a relação entre as variáveis estudadas.

A relevância desta pesquisa contribui, diretamente, para estudos sobre a relação entre os gastos públicos e os indicadores sociais e de gestão, no âmbito municipal. Para demonstrar isso, o texto conta com oito seções. Nas três seções seguintes, procura-se mostrar os principais conceitos sobre gestão pública municipal, indicadores sociais e um pouco do cenário dos municípios paraibanos com base em indicadores. Buscando assim familiarizar o leitor com as principais ideias tratadas no texto.

Já na quinta seção discute-se um pouco os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. A sexta seção é dedicada a discussão dos dados levantados. Nessa seção são mostradas qual foi o comportamento das despesas municipais durante o período de 2003 a 2010 e como essas variáveis se relacionam com o IDHM.

Por fim, a sétima parte é uma seção que possui caráter conclusivo, onde são expostos todos os resultados aqui levantados e a sugestão de novas pesquisas na área.

2. GESTÃO MUNICIPAL E O GASTO PÚBLICO

A Gestão Pública pode ser entendida como uma conexão entre as decisões do governo e o interesse público. É através dela que, respeitando os princípios constitucionais, se garantirá o cumprimento das obrigações e o atendimento das demandas de interesse público (SOUZA, 2012).

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que a Gestão Pública, no âmbito municipal, adquiriu um caráter mais relevante, com autonomia política, normativa, administrativa e financeira, estabelecendo dessa forma competências para resolver problemas de ordem local (SOUZA, 2012). Apesar disso, após mais de duas décadas da promulgação da CF/88, muitos municípios não estão aptos a exercer as competências que lhe foram atribuídas (SOUZA; LIMA; KHAN, 2015).

A ausência de aptidão por parte dos municípios em executar as competências que lhe foram atribuídas pode ser determinada, segundo Monnerat e Altaf (2015), em decorrência de uma fragilidade econômica, de uma debilidade administrativa, de encargos e responsabilidades de outras esferas que neles recaem, da centralização dos recursos na União

e da total dependência da economia nacional e estadual para definição da cota de riquezas e finanças.

Para Giuberti (2005) uma das consequências dessas novas atribuições foi o aumento da responsabilidade, no que diz respeito à prestação de serviços públicos, sem a contrapartida de receita própria, causando, portanto, uma maior dependência de transferências intergovernamentais, sendo essa dependência maior quanto menor a população do município for.

Apesar da existência desse déficit na capacidade cumprir com plenitude suas atribuições, as demandas por excelência na gestão pública vêm aumentando nos municípios brasileiros, pelo fato de que, as competências desenvolvidas pelos gestores públicos podem possibilitar uma melhoria no padrão de qualidade dos serviços públicos (AMARAL, 2006).

Essa melhoria pode ser relacionada ao aumento do bem-estar social, que se estrutura na proteção social das pessoas e na promoção social dos indivíduos (GONÇALVES, 2013). Bendix (1964) classifica o bem-estar social como uma extensão da cidadania às classes mais baixas. A partir disso fica perceptível a importância dos municípios conseguirem atender minimamente as atribuições que lhe foram conferidas.

Tratando-se de gestão pública o cumprimento dos serviços públicos está estritamente ligado ao gasto público. O orçamento público é o instrumento de ação utilizado pelos governos para planejar a utilização do dinheiro arrecadado, e dentro do orçamento estão compreendidas informações quanto as receitas (o que o governo arrecada por meio dos impostos, tributos, contribuições, entre outros) e as despesas. Silva (2009, p. 240) define a despesa pública como “todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos”.

Em um cenário de maior participação social, legalmente prevista pela CF/88, e vivenciando momentos que levam os gestores a adotar novas e boas práticas, abrindo espaço para um maior controle social - através de mecanismos de *accountability* e *responsiveness* -, os municípios buscam cada vez mais um maior enfoque na eficiência dos gastos.

A busca por essa eficiência nos gastos e por um equilíbrio nas contas públicas ganhou mais ênfase a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar 101/00 – que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade fiscal, estipulando orientações e imputando responsabilizações, para que os entes federativos otimizem a utilização do dinheiro público.

Dessa maneira tem-se cada vez mais uma sociedade que participando das decisões públicas e demandando por serviços de melhor qualidade que lhes proporcionem um maior bem-estar social, e municípios preocupados em manter uma gestão fiscal responsável equilibrando receitas e despesas para melhor atender as demandas sociais.

Nesse contexto, um dos grandes desafios para os formuladores de políticas públicas acaba sendo alocar os recursos públicos de uma maneira que se garanta o máximo de bem-estar. (SILVA; KUWAHARA; MACIEL, 2012). Uma das maneiras de se obter essa alocação de forma mais efetiva, garantindo o máximo de bem-estar social, é através de instrumentos de gestão que apontem o desempenho das ações planejadas e executadas.

Os instrumentos de gestão permitem a elaboração de um planejamento sólido, e auxiliam no cumprimento estrito das ações no intuito de se alcançar o resultado desejável. O ciclo de gestão, que consiste em planejar, organizar, dirigir e controlar auxilia o gestor a conduzir as atividades da maneira eficiente, planejando as ações e colocando em prática tudo que foi planejado.

Um dos pontos relevantes no ciclo de gestão é a busca por melhoria contínua dos processos desenvolvidos. Falhas que causam o “não fechamento” dessas etapas pode comprometer todo o planejamento, trazendo como grande consequência o desperdício de recursos, que acaba contribuindo com a dificuldade na implementação de políticas públicas que promovam o bem-estar e/ou na busca por um equilíbrio fiscal.

É no intuito de consolidar essas ações de melhoria que a utilização de indicadores é essencial ao se fazer gestão. Ferraz (2008) corrobora o raciocínio ao afirmar que na gestão pública os indicadores devem ser utilizados para medir os resultados alcançados e que também é uma ferramenta relacionada *accountability*. Na seção será tratada a importância da utilização de indicadores sociais e indicadores de gestão no processo decisório da gestão pública.

3. INDICADORES SOCIAIS E DE GESTÃO

Ao longo dos anos a literatura mostrou como os municípios brasileiros enfrentam vários problemas como carência de recursos, ausência de instrumentos eficazes de planejamento e controle de gastos públicos, entre outros fatores, e como esses problemas são

relevantes no desempenho social e econômico dos municípios. (OLIVEIRA; PETER; MENESES, 2009).

Nesse sentido a utilização de indicadores tem se tornado cada vez mais comum devido ao auxílio que os indicadores trazem para a tomada de decisão por parte dos gestores, pois eles servem como parâmetro que mede a diferença entre a situação atual e a situação desejada (ZUCATTO; ET AL., 2009). No âmbito público Gapinski et al. (2010) defende a utilização dos indicadores para revelar relações entre gastos e investimentos do poder público com aspectos das funções básicas do governo, visando evidenciar ou esclarecer relações de causa e efeito.

Dessa maneira, na gestão pública os indicadores podem ser considerados como uma ótima ferramenta de análise do desempenho onde os gestores podem avaliar como estão sendo desenvolvidas as ações e se o emprego dos recursos públicos está sendo alocado da melhor maneira (COURA; CARVALHO; SOUSA, 2017). Complementando o pensamento Gomes e Oliveira (2010) afirmam que a gestão pública não consegue ser eficiente sem a presença de indicadores de avaliação de desempenho.

Já quando se trata de indicadores sociais, Jannuzzi (2004) esclarece que, um indicador social pode ser entendido como uma medida quantitativa com significado social substantivo, utilizados para quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou pragmático, podendo ser utilizado em pesquisas acadêmicas ou na formulação de políticas, respectivamente.

A utilização dos indicadores está atrelada ao planejamento. São os dados obtidos através dos levantamentos que irão subsidiar a gestão no planejamento das ações. Jannuzzi (2004) afirma que os indicadores sociais são indispensáveis em toda as fases do processo de formulação e implementação das políticas públicas.

Os indicadores aqui utilizados, o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), auxiliam os gestores de maneiras distintas, porém complementares. Enquanto o IFGF traz dados referentes a gestão fiscal do município o IDHM traz números referentes ao desenvolvimento humano local. A interpretação desses dados pode revelar determinadas carências cabendo aos gestores trabalhar no processo de mudanças da realidade indesejada para uma situação mais confortável para o município, seja ela do ponto de vista fiscal ou social.

Nas subseções seguintes será mostrado de maneira mais detalhada o que são os índices anteriormente mencionados, quais seus parâmetros e a maneira como eles são importantes dentro da gestão pública.

3.1 Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)

O IFGF é uma ferramenta de controle social que tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, possibilitando maior aprimoramento da gestão fiscal dos municípios bem como o aperfeiçoamento das decisões dos gestores públicos quanto à alocação dos recursos.

O IFGD é composto por cinco indicadores: a) receita própria; b) gasto com pessoal; c) investimentos; d) liquidez; e d) custo da dívida. A leitura dos resultados é feita a partir de uma pontuação que varia entre zero a um, sendo que, quanto mais próxima de um, melhor a situação fiscal do município no ano de observação (FIRJAN, 2017).

A receita própria diz respeito ao total de receitas geradas pelo município, em relação ao total da receita corrente líquida (RCL). Dessa maneira esse indicador avalia o grau de dependência das prefeituras no tocante às transferências dos estados e da União. O indicador gasto com pessoal representa quanto os municípios gastam com o pagamento de pessoal, em relação ao total da RCL. Levando em consideração que esse tipo de gasto é o gasto com maior participação na despesa total de um município, esse indicador ajuda a medir o grau de rigidez do orçamento, ou seja, quanto do orçamento as prefeituras conseguem manobrar para a execução das políticas públicas (FIRJAN, 2017).

O indicador investimentos acompanha o total de investimentos em relação à RCL. Gastos referentes a iluminação pública, calçamento de ruas, transporte eficiente, escolas e hospitais bem equipados são exemplos de investimentos municipais capazes de aumentar o bem-estar da população. Já o indicador liquidez verifica se as prefeituras estão deixando em caixa recursos suficientes para honrar os restos a pagar acumulados no ano. E por fim o indicador custo da dívida corresponde ao comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores (FIRJAN, 2017).

Para realizar o cálculo é ponderado um peso para cada indicador. Sendo 22,5% para os indicadores “receita própria”, “gasto com pessoal”, “liquidez” e investimentos” e 10% para o indicador “custo da dívida”. O resultado disso é um número que varia entre zero e um e que é interpretado da seguinte maneira:

Quadro 1: Conceitos de gestão pelo IFGF.

Conceito A (Gestão de excelência)	Resultado superiores a 0,8 pontos
Conceito B (Boa gestão)	Resultados entre 0,6 e 0,8 pontos
Conceito C (Gestão em dificuldade)	Resultados entre 0,4 e 0,6 pontos
Conceito D (Gestão crítica)	Resultados inferiores a 0,4 pontos

Fonte: FIRJAN (2017)

Por fim, é importante ressaltar que a metodologia utilizada no IFGF permite tanto uma comparação relativa quanto absoluta, ou seja, o índice não se restringe a uma fotografia anual, podendo ser comparado ao longo dos anos. Podendo dessa maneira, especificar com precisão se uma melhoria relativa de posição em um ranking se deveu a um determinado município ou à piora relativa dos demais.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O IDHM é uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1990. Enquanto o IDH é calculado anualmente o IDHM é realizado com a periodicidade de dez anos e também é constituído de três pilares básicos: a) longevidade; b) educação; e c) renda. O índice é desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / Brasil (PNUD Brasil), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro, e sofre adaptações de acordo com o contexto brasileiro.

Segundo PNUD Brasil (2013, p. 24)

Na sua formulação clássica, o IDH é composto por três indicadores, que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis, de ter acesso a conhecimento, e de ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno. Por meio das duas primeiras dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como de água, alimento e moradia.

O indicador longevidade diz respeito a ter uma vida longa e saudável, ele calcula a expectativa de vida ao nascer. O indicador educação, diz respeito ao acesso ao conhecimento, trata dessa maneira da escolaridade da população adulta. Por fim o indicador renda trata da questão do padrão de vida analisando a renda per capita, ou seja, a renda média dos residentes de um determinado município.

Ainda segundo o (PNUD BRASIL, 2013), apesar dos indicadores utilizados no IDHM serem os mesmo para o IDH, o IDHM utiliza os indicadores conforme cada região que vai avaliar, o que proporciona comparações do desenvolvimento de determinado município ao longo do tempo ou a comparação entre municípios. O resultado final do cálculo do IDHM é um número que varia entre zero e um, quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano de determinada localidade.

O quadro dois, mostra como é dada a classificação do IDHM de acordo com o seu resultado.

Quadro 2: Classificação do IDHM.

Índice	Faixa de desenvolvimento
0 – 0,499	Muito baixo
0,500 – 0,599	Baixo
0,600 – 0,699	Médio
0,700 – 0,799	Alto
0,800 – 1	Muito alto

Fonte: PNUD Brasil (2013).

A utilização do IDHM nesta pesquisa frente ao PIB per capita, que também é um indicador muito utilizado, é justamente por o IDHM propiciar essa visão mais ampla de desenvolvimento, não avaliando apenas a renda, mas fatores como educação e saúde, que são áreas que sofrem os impactos dos gastos municipais.

4. GESTÃO MUNICIPAL E INDICADORES

Vários estudos fazem uma relação entre gastos públicos e indicadores sociais, os resultados são os mais variados. O quadro três, que é uma adaptação do elaborado por Ternoski, Ribeiro e Clemente (2017), traz algumas dessas pesquisas.

Alguns desses estudos auxiliaram na formulação das hipóteses apresentadas nesta pesquisa, são esses: o estudo de Rezende, Slomski e Corrar (2005), que apontou que os municípios que realizaram os maiores investimentos não estavam necessariamente no grupo dos que tinham os melhores índices de desenvolvimento e o estudo de Ternoski, Ribeiro, Clemente (2017) que apontou uma associação entre os gastos sociais e o indicador de desenvolvimento.

Quadro 3: Estudos sobre gastos públicos e indicadores sociais.

Autores	Objetivo	Principais resultados
Rezende, Slomski e Corrar (2005)	Investigar os fatores condicionantes entre políticas públicas (investimentos públicos) e o IDH dos municípios do estado de São Paulo.	Os resultados demonstraram que não existe relacionamento linear entre investimentos públicos e IDH, e que os municípios que realizaram maiores investimentos, necessariamente não estavam no grupo dos que possuem melhores IDH.
Scarpin e Slomski (2007)	Analisar a possível contribuição dos gastos públicos na determinação do IDH municipal em municípios do estado do Paraná.	Entre os principais resultados os autores apontam uma evidente relação entre as variáveis e o indicador.
Cavalcante e Lariu (2012)	Examinar se as prefeituras que mais investem tendem a possuir melhores condições para a implementação da política pública e têm desempenhos mais efetivos.	Dentre as conclusões do estudo pode-se apontar que a hipótese de que, quanto maiores os níveis de gastos maior a quantidade ou melhor a efetividade dos serviços, foi refutada.
Leite Filho e Fialho (2014)	Avaliar a associação existente entre os indicadores de gestão pública e os indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros.	Verificou-se oscilações temporais nos investimentos públicos em períodos eleitorais e que em parte dos dados analisados o desenvolvimento foi explicado pelo conjunto dos indicadores de gestão pública municipal.
Silva et al. (2015)	Avaliar as funções de governo, consideradas como gastos públicos na melhoria da qualidade de vida dos 40 municípios melhores classificados no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).	Conclui que a maior representatividade na composição do índice de desempenho de gastos públicos foi para a função educação. Função que é relevante para melhoria do IDHM.
Romano e Mourão (2015)	Testar se existe correlação entre a gestão fiscal e o desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná.	Os resultados apontaram uma correlação entre a qualidade da gestão fiscal e o desenvolvimento humano dos municípios.
Miraldo e Martins (2017)	Estudar e analisar os conceitos de renda, longevidade, educação e IDHM.	Conclui-se que houve um crescimento no IDH a partir de investimentos em políticas públicas relacionadas aos indicadores estudados.
Ternoski, Ribeiro, Clemente (2017)	Analisar a relação entre investimentos nas áreas de saúde e educação com o Índice IPARDES de desenvolvimento municipal (IPDM).	As variáveis analisadas mostraram correlação positiva e significativa com o IPDM, sugerindo uma associação entre gastos sociais e o indicador de desenvolvimento social.
Coura, Carvalho e Sousa (2017)	Analisar, com base nos indicadores, o desempenho dos municípios mais populosos do estado da Paraíba com relação à gestão social.	Algumas das considerações apontaram que municípios com melhor estrutura de planejamento e gestão tendem a apresentar melhores desempenhos.

Fonte: Adaptado de Ternoski, Ribeiro e Clemente (2017).

Como é possível observar, há uma relevância pelo estudo da temática. E também há muita divergência nos resultados apresentados. Enquanto alguns estudos apontam que não há uma relação linear entre os investimentos públicos e o IDH, outros apontam que houve um crescimento no IDH a partir de investimentos nas políticas públicas analisadas.

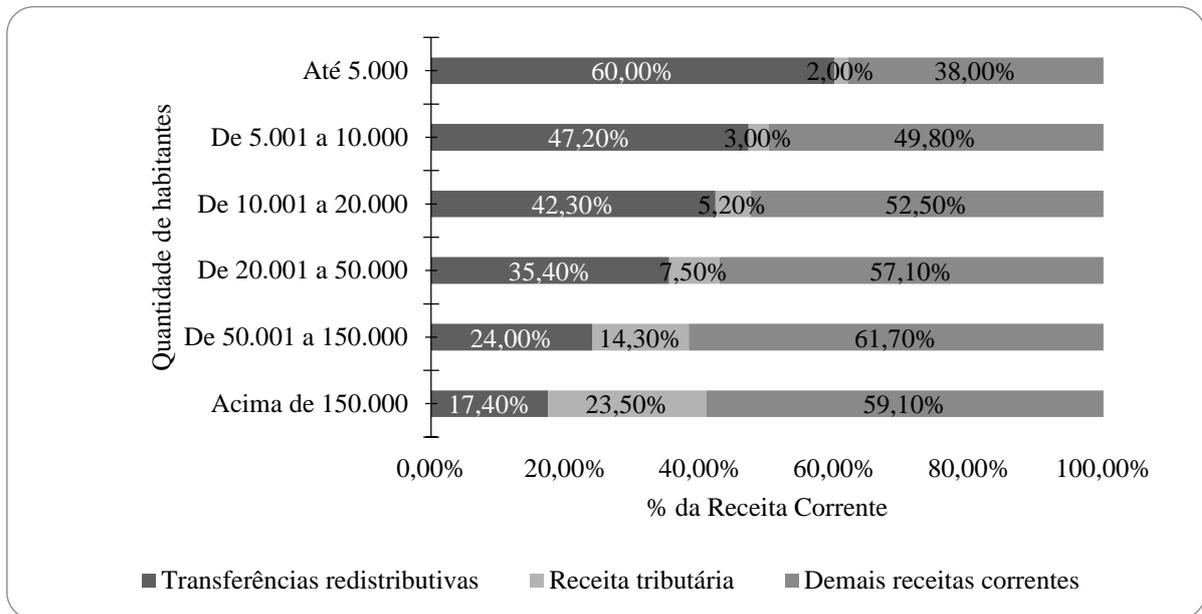
Observando a realidade do estado da Paraíba, avaliando os números de indicadores sociais e de gestão, é possível concluir que boa parte dos municípios passam por dificuldades financeiras e não tem bons índices de desenvolvimento. O estado da Paraíba conta com 223 municípios, sendo a maior parte desses municípios (135) com população inferior à de 10.000 habitantes. Esse elevado número de municípios pequenos coloca a Paraíba como um dos estados que detém o maior número de municípios com situação fiscal difícil. Tal análise foi feita a partir de dados de um relatório do IFGF, em sua edição de 2016, onde foram analisados 194 dos 223 municípios, onde vivem 91,3% da população.

Os resultados apontaram ainda que, 79,9% dos municípios analisados receberam um conceito de gestão crítica, ou seja, são municípios com baixa capacidade de arrecadação, alto índice de gasto com pessoal, baixos índices de investimento e com dificuldades de gerenciar as dívidas. Outros 19% estão em situação fiscal difícil. Apenas 0,5% foram avaliados como boa gestão fiscal e nenhuma prefeitura apresentou conceito de excelência em gestão fiscal. Esse número de municípios nessa condição coloca o estado da Paraíba como a segunda maior proporção entre as unidades da federação, que detém municípios com esse conceito de gestão (FIRJAN, 2016).

Além disso, 57,2% dos municípios analisados apresentam gastos com pessoal superiores ao limite estabelecido LRF, já em relação aos investimentos 74,2% das cidades não investiram nem 8% de suas receitas e ficaram com conceito de gestão crítica nesse quesito (FIRJAN, 2016).

Esses dados corroboram com um estudo de Agra (2017) que apontou que, quanto menos populoso é um município, maior é o seu grau de dependência de repasses governamentais. O estudo mostrou que em municípios de até 20.000 habitantes, as transferências intergovernamentais redistributivas representam entre 60% e 42,3% do total das receitas dos municípios, como é possível observar o gráfico a seguir.

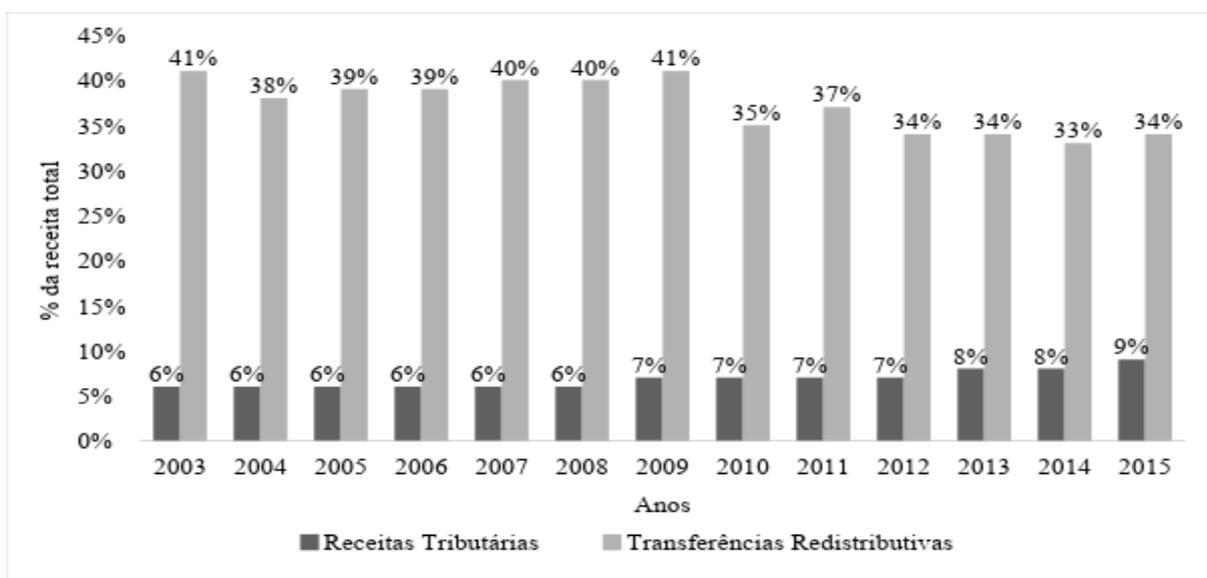
Gráfico 1: Participação das transferências redistributivas e da receita tributária na composição orçamentária dos municípios Paraibanos em 2015.



Fonte: Adaptado de AGRA (2017)

Para reafirmar a informação obtida no levantamento anterior, Agra (2017) também realizou um levantamento compreendendo os anos de 2003 a 2015 e mostrou que a realidade orçamentária dos municípios pouco se alterou. Os municípios de menor população permaneceram ao longo dos anos, sendo aqueles mais dependentes dos repasses. O gráfico a seguir ilustra como se deu esse comportamento.

Gráfico 2: Participação das receitas tributárias e das transferências redistributivas nos municípios Paraibanos, de 2003 a 2015 (% da receita corrente).



Fonte: Adaptado de AGRA (2017).

Já quando se trata do IDHM a situação também é alarmante. Dos 223 municípios, nenhum aparece classificado com índice “muito alto” no ranking elaborado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Apenas cinco municípios têm um índice de desenvolvimento “alto”, e a maioria dos municípios (152), possuem uma classificação “baixa”.

Como é possível observar, os números mostram que, via de regra, os municípios paraibanos sofrem com uma má gestão fiscal e também com baixos índices de desenvolvimento humano. Essa soma de baixos índices em ambos os indicadores pode demonstrar a realidade de municípios que não propiciam aos seus habitantes um nível de bem-estar que corresponda as demandas da sociedade.

A partir de tudo que foi exposto, parte-se então para a observação da realidade de alguns municípios paraibanos, na tentativa de verificar quais são os impactos dos gastos públicos na variação do IDHM.

5. METODOLOGIA

Com base em seus objetivos, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratório-descritiva, onde pretende-se, primeiramente, proporcionar maior familiaridade com o problema (GIL, 2017), para em seguida, descrever as relações encontradas entre as variáveis analisadas (GIL, 2017).

Quanto aos procedimentos utilizados, a pesquisa é classificada, de acordo com Gil (2017) como bibliográfica, por ser desenvolvida mediante material já elaborado, coletado em livros e artigos científicos na base de dados dos periódicos da CAPES, SciELO, Revista de Administração Pública entre outros.

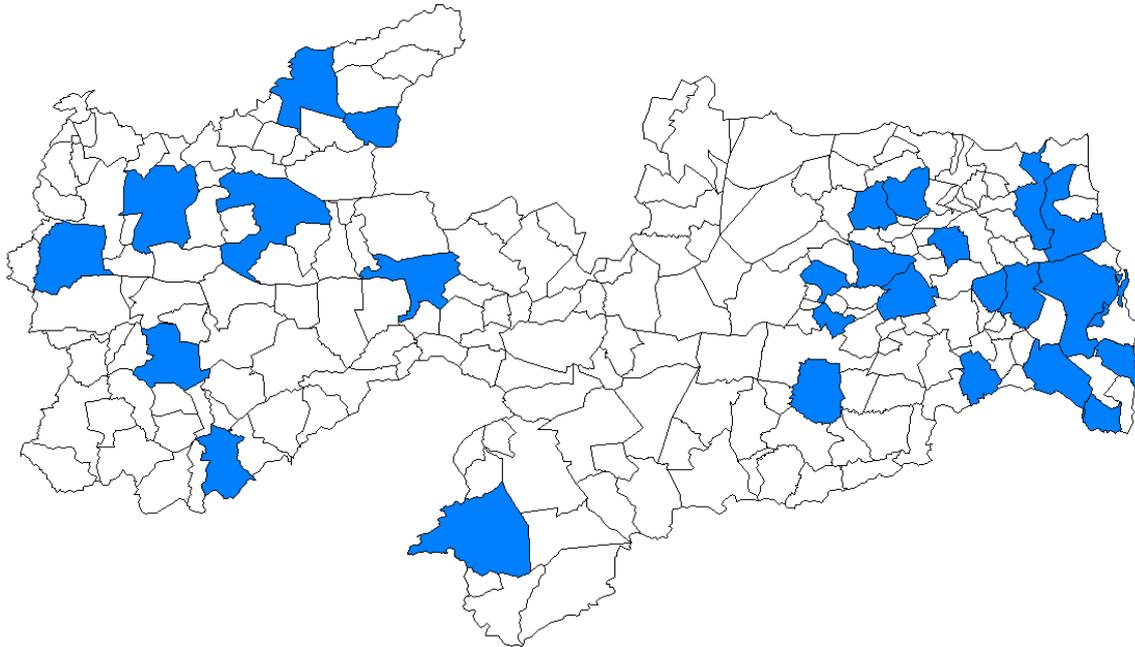
Quanto a análise dos dados, este trabalho utilizou uma metodologia quantitativa, que é muito utilizada em estudos descritivos que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis (MENDONÇA; ROCHA; NUNES, 2008). O levantamento de dados foi feito utilizando dados secundários, obtidos no Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres) do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), sobre despesa total, investimentos municipais em saúde, educação e gasto com pessoal, entre os anos de 2003 e 2010. E no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), referentes ao IDHM dos municípios paraibanos no ano de 2010.

A amostra é composta por 28 municípios, com o quantitativo populacional entre 20.001 e 150.000 habitantes, utilizando como referência o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal critério foi utilizado a partir do estudo de Agra (2017) que aponta a participação das receitas redistributivas nos municípios paraibanos. Os municípios nessa faixa populacional escolhida têm percentuais de participação menores, representando uma maior autonomia financeira frente aos municípios de menor porte populacional.

Tabela 1: Municípios paraibanos que possuem entre 20.001 e 150.000 habitantes

	Município	População	IDHM
1	Santa Rita	120.310	0,627
2	Patos	100.674	0,701
3	Bayeux	99.716	0,649
4	Sousa	65.803	0,668
5	Cajazeiras	58.446	0,679
6	Cabedelo	57.944	0,748
7	Guarabira	55.326	0,673
8	Sapé	50.143	0,569
9	Mamanguape	42.303	0,585
10	Queimadas	41.049	0,608
11	Pombal	32.110	0,634
12	Esperança	31.095	0,623
13	São Bento	30.879	0,580
14	Monteiro	30.852	0,628
15	Catolé do Rocha	28.759	0,640
16	Alagoa Grande	28.479	0,582
17	Pedras de Fogo	27.032	0,590
18	Solânea	26.693	0,595
19	Lagoa Seca	25.900	0,627
20	Itabaiana	24.481	0,613
21	Areia	23.829	0,594
22	Itaporanga	23.192	0,615
23	Rio Tinto	22.976	0,585
24	Bananeiras	21.851	0,568
25	Conde	21.400	0,618
26	Princesa Isabel	21.283	0,606
27	Mari	21.176	0,548
28	Caaporã	20.362	0,602

Fonte: IBGE 2010; PNUD (2013)

Figura 1: Municípios que possuem entre 20.001 e 150.000 habitantes

Fonte: Elaboração própria.

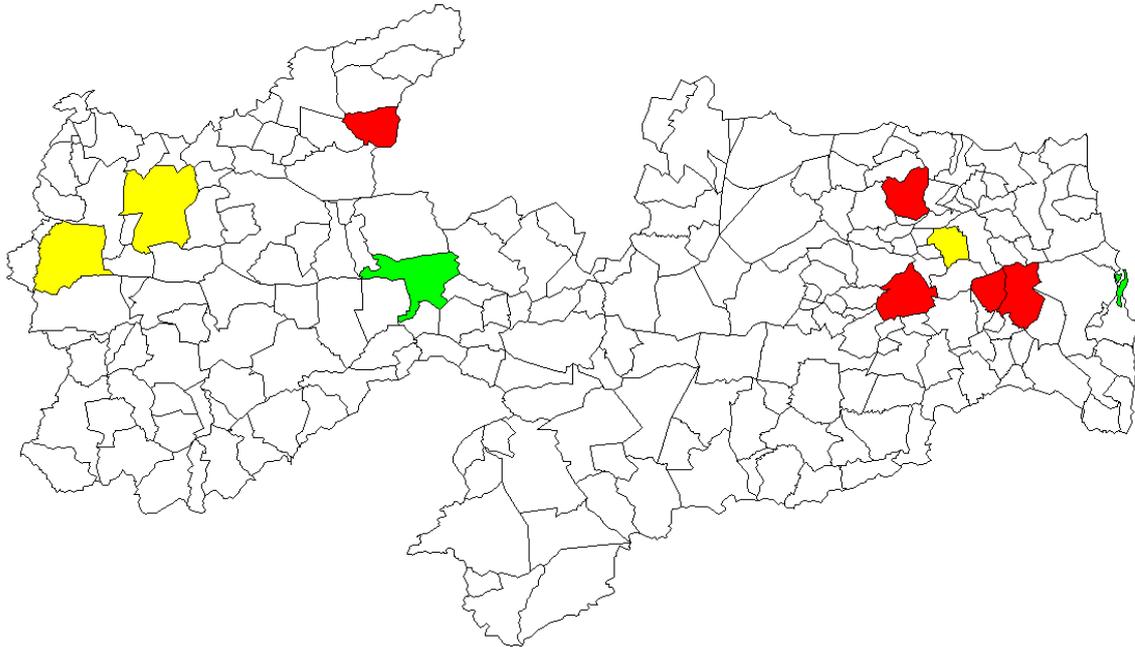
Após a seleção amostral, foi feito um novo recorte, dessa vez para constituir uma subamostra contendo 10 municípios, aqueles que apresentaram os maiores e menores IDHM's do grupo. As figuras 1 e 2 mostram onde estão localizados os municípios em questão.

Tabela 2: Relação de Municípios por IDH

Município	IDHM	IDHM Educação	IDHM Longevidade
Cabedelo	0,748	0,651	0,822
Patos	0,701	0,628	0,821
Cajazeiras	0,679	0,574	0,815
Guarabira	0,673	0,586	0,812
Sousa	0,668	0,567	0,814
Alagoa Grande	0,582	0,430	0,797
São Bento	0,58	0,424	0,769
Sapé	0,569	0,461	0,711
Bananeiras	0,568	0,430	0,766
Mari	0,548	0,439	0,692

Fonte: Elaboração própria com dados do PNUD (2013)

Figura 2: Municípios por IDH.



Fonte: Elaboração própria.

A análise dos gastos foi feita levando em consideração o período compreendido entre os anos de 2003 e 2010. O tempo inicial se justifica por corresponder ao primeiro ano de divulgação dos dados municipais realizada pelo Sagres. Já o período final deve-se ao fato de que é o ano no qual foi feito o último relatório do IDHM, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Para realizar a análise dos dados foram utilizadas duas técnicas de análises estatísticas, o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson e o Coeficiente de Determinação, afim de entender a relação entre as variáveis pesquisadas as análises foram feitas com o auxílio do *software* estatístico *IBM SPSS Statistics Version 22* e do *Microsoft Excel 2013*.

O método de correlação linear de Pearson é utilizado para medir a correlação entre duas variáveis (x , y), o valor de “ r ” estará sempre no intervalo de -1 a 1, onde: $r = 1$ significa que há uma correlação perfeita entre as duas variáveis; $r = -1$ então há uma correlação negativa perfeita, onde a medida que uma aumenta, a outra diminui; e quando $r = 0$ significa que não há dependência linear entre as variáveis (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009). A Tabela 3 a seguir mostra a classificação do grau de correlação entre as variáveis a partir do resultado obtido.

Tabela 3: Interpretando a correlação de Pearson.

Valor de r_{xy}	Classificação
$ r_{xy} = 1$	Correlação perfeita
$0.90 \leq r_{xy} < 1$	Correlação muito forte
$0.70 \leq r_{xy} < 0.90$	Correlação forte
$0.40 \leq r_{xy} < 0.70$	Correlação moderada
$0.20 \leq r_{xy} < 0.40$	Correlação fraca
$0 \leq r_{xy} < 0.20$	Correlação muito fraca

Fonte: Elaboração própria com dados de (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009)

Já o coeficiente de determinação, conhecido por R^2 , é uma medida descritiva da proporção da variação de Y que pode ser explicada por variações em X (MARTINS, 2018). O resultado do coeficiente de determinação sempre será positivo, e é interpretado da seguinte maneira: quanto mais próximo de 1 estiver o coeficiente de determinação, melhor será o grau de explicação da variação de Y em termos da variável X (MARTINS, 2018).

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a coleta de alguns gastos públicos – que teoricamente têm o potencial de exercer influência no IDHM –, no período de 2003 a 2010, foi realizado um somatório para determinar o montante empregado por cada município em cada área e o percentual se comparado a despesa total (Tabela 4). Na despesa total constam todos os gastos empregados pelos municípios durante esse intervalo de anos. Já os gastos com saúde e educação representam todo o montante empregado pelos municípios nessas duas áreas, sem discriminação quanto a natureza dos gastos.

Uma observação a ser feita é a ausência de alguns dados referentes ao gasto com saúde. Os dados dos municípios de Cajazeiras, Alagoa Grande e Sapé, referentes a área da saúde estavam parcialmente indisponíveis, dessa forma, optou-se então por não utilizá-los no somatório e nem nas demais análises.

Tabela 4: Gastos públicos no período de 2003 a 2010.

Município	Somatório e % do gasto 2003 a 2010				
	Categoria				
	Despesa Total	Gasto Educação	%	Gasto Saúde	%
Cabedelo	512.264.325,11	95.683.725,66	18,68%	136.724.999,10	26,69%
Patos	408.073.417,16	113.854.768,36	27,90%	136.767.893,96	33,52%
Cajazeiras	193.549.461,73	82.099.644,84	42,42%	n/c	n/c
Guarabira	235.199.320,47	71.146.951,00	30,25%	106.391.033,71	45,23%
Sousa	292.637.365,41	62.486.473,07	21,35%	173.069.225,77	59,14%
Alagoa Grande	117.181.963,80	55.970.965,35	47,76%	n/c	n/c
São Bento	167.583.795,07	56.629.760,92	33,79%	56.646.393,00	33,80%
Sapé	146.205.303,88	67.973.143,62	46,49%	n/c	n/c
Bananeiras	122.956.029,36	46.994.600,69	38,22%	33.573.793,91	27,31%
Mari	112.926.300,15	41.352.925,34	36,62%	26.129.689,93	51,40%

Fonte: Elaboração própria com dados do Sagres (TCE/PB)

*n/c = não constam dados suficientes.

A tabela cinco mostra como as variáveis se correlacionam. Percebe-se que ao relacionar o IDHM com os gastos governamentais – sejam eles em sua totalidade ou separados por área – o nível de correlação definido em r alcançou bons níveis, recebendo classificação de correlação muito forte quando observado o IDHM e a despesas total e correlação forte entre o IDHM e o gasto com educação e o gasto com saúde. Essa análise permite que seja observado o impacto que os gastos públicos têm na variação do IDHM, alcançando bons níveis de correlação. Ao observar o R^2 também é possível perceber o alto nível de explicação entre as variáveis, determinando quanto das variações referentes aos IDHM são explicadas pelo aumento ou diminuição do gasto.

Tabela 5: Relação entre as variáveis: gastos e o índice de desenvolvimento.

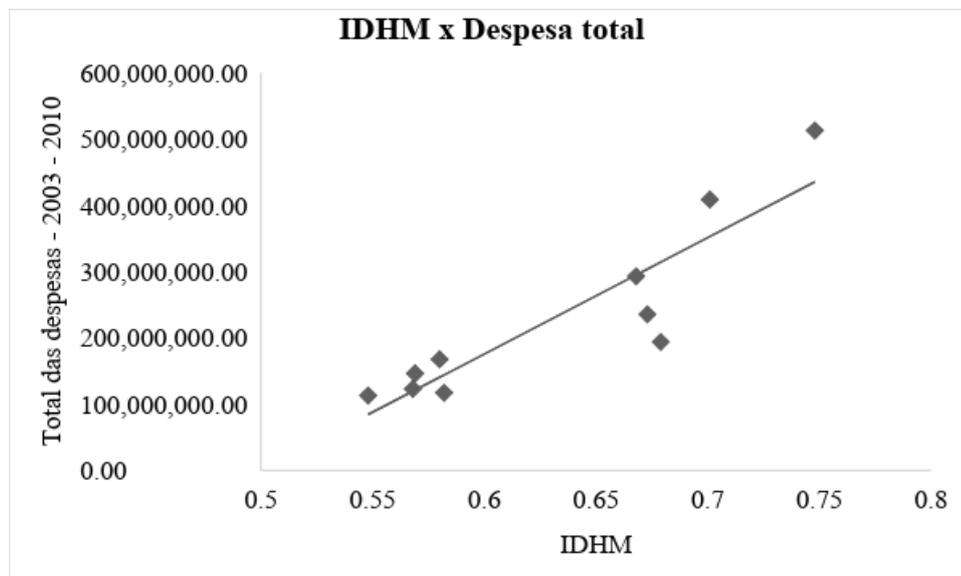
Indicadores	Comparativo entre o IDHM e o gasto		
	r	R^2	%
IDHM x Despesa total	0,901	0,812	81,2%
IDHM x Gasto com educação	0,837	0,700	70%
IDHM x Gasto com saúde*	0,870	0,757	75,7%
Comparativo entre os municípios de maior e menor IDHM e o % de gasto			
Indicadores	r	R^2	%
IDHM x % Gasto com educação	-0,700	0,492	49,2%
IDHM x % Gasto com saúde*	0,303	0,091	9,1%
Comparativo entre o IDHM nas áreas específicas e o gasto em educação e saúde			
Indicadores	r	R^2	%
IDHM educação x Gasto com educação	0,857	0,734	73,4%
IDHM longevidade x Gasto com saúde*	0,846	0,717	71,7%
IDHM educação x % Gasto com educação	-0,687	0,473	47,3%
IDHM longevidade x % Gasto com saúde*	0,523	0,274	27,4%

Fonte: Elaboração própria.

*A análise dos dados referente a área da saúde foi realizada apenas com 7 municípios: Cabedelo, Patos, Guarabira, Sousa, São Bento, Bananeiras e Mari. Os demais não continham dados suficientes para uma análise mais concreta.

O gráfico três mostra o caso da correlação entre o IDHM e as despesas dos municípios durante os anos de 2003 a 2010. Como é possível observar há uma correlação linear muito forte, onde os municípios que detêm os melhores IDHM's são aqueles que tiveram as despesas mais elevadas nesse período. O mesmo modelo gráfico se repete, com poucas alterações, ao fazer a análise do IDHM com as variáveis educação e saúde.

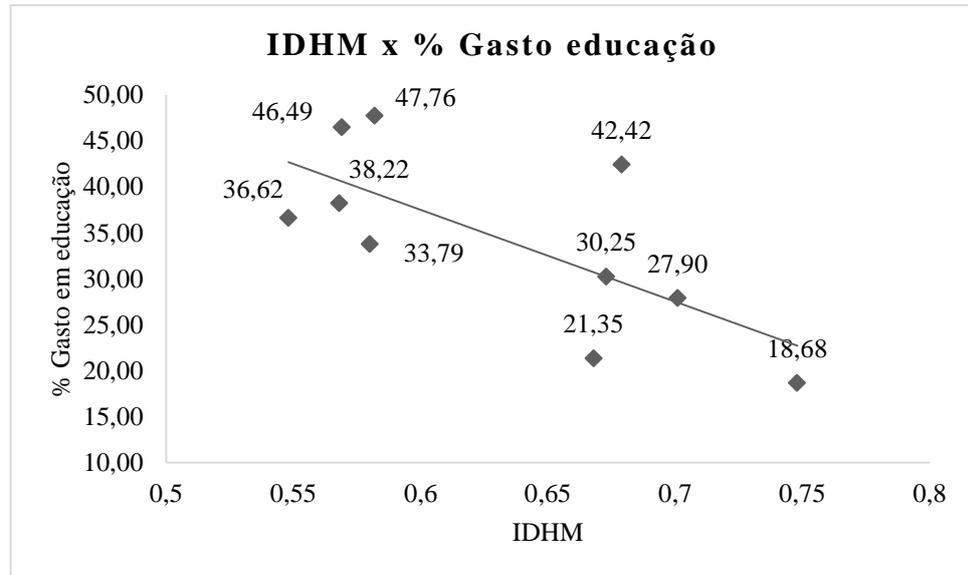
Gráfico 3: IDHM e despesa total



$r = 0,901$, correlação muito forte; $R^2 0,812 - 81,2\%$

Fonte: Elaboração própria.

Já ao fazer a análise levando em consideração a proporcionalidade dos gastos – tendo em vista que há uma desproporção financeira entre os municípios – foi observado um resultado oposto ao anterior. Das duas séries analisadas apenas uma obteve uma correlação positiva, o IDHM x % gasto com saúde, mesmo assim com grau de correlação fraca. Já a relação entre o IDHM x % gasto com educação apontou um grau de correlação negativa forte. Como é possível observar no gráfico abaixo, os municípios de menor IDHM foram os que tiveram os maiores percentuais de gastos durante o período analisado.

Gráfico 4: IDHM e % do gasto com educação.

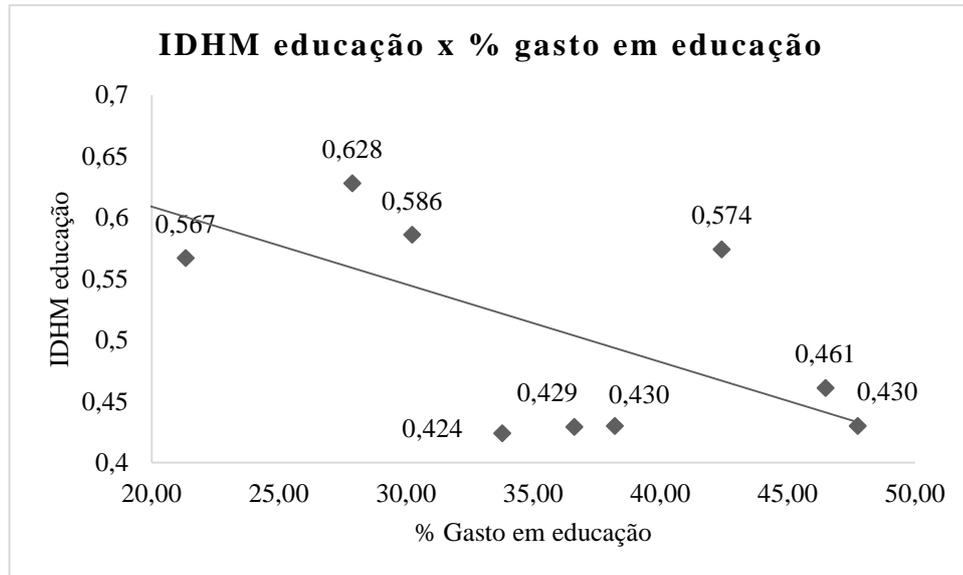
$r = -0,700$, correlação negativa forte; $R^2 0,492 - 49,2\%$

Fonte: Elaboração própria.

Por fim foi feita uma análise no somatório e no percentual dos gastos relacionados as áreas de educação e saúde, dessa vez relacionando esses gastos com os indicadores educação e longevidade do IDHM. O cruzamento dos dados entre saúde e longevidade se deu devido o indicador longevidade medir a expectativa de vida da população, entende-se que para ter uma vida longa e saudável à população precisa ter acesso a serviços de saúde sempre que precisar. Dessa forma o gasto com saúde pode potencializar a variável longevidade, e devido a isso justifica-se o cruzamento entre essas duas variáveis.

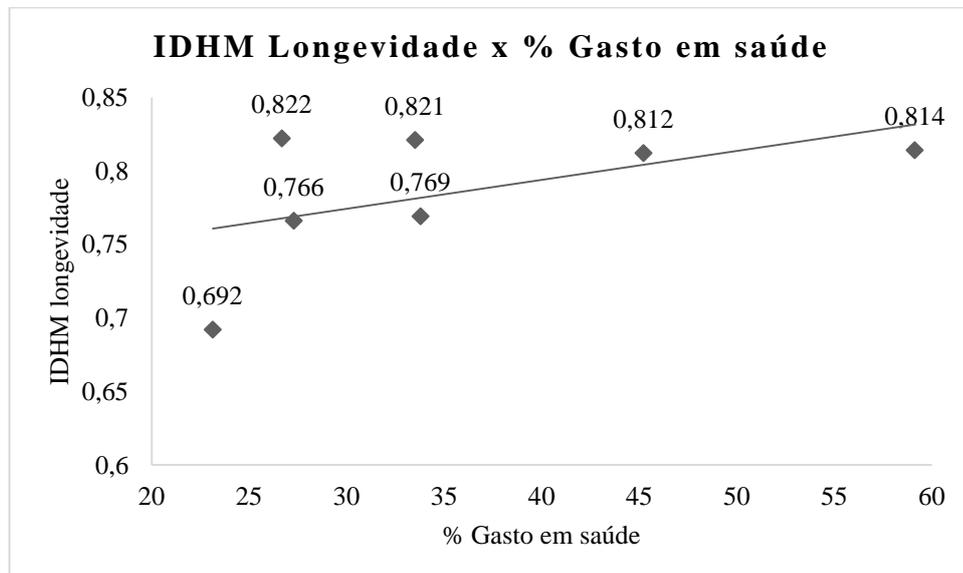
Ao fazer a análise levando em consideração o gasto em saúde e educação, a correlação forte se faz presente nos dois casos, tanto em saúde quanto em educação. Porém ao fazer a análise levando com consideração o percentual de gastos é possível observar que, referente a educação há uma correlação negativa moderada, enquanto na saúde foi possível verificar uma correlação positiva moderada.

Os gráficos abaixo mostram essas relações. No gráfico da educação é possível notar que os municípios que detém os melhores índices de desenvolvimento no quesito educação, não são necessariamente aqueles que mais tiveram os percentuais de gastos. Já no gráfico com dados da saúde e longevidade, é possível notar que há municípios que mesmo com o índice alto no quesito longevidade tiveram percentuais de gastos inferiores ao de municípios com índices menores.

Gráfico 5: IDHM educação e % do gasto com educação.

$r = -0,687$, correlação negativa moderada; $R^2 0,473 - 47,3\%$

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6: IDHM longevidade e % do gasto com saúde.

$r = 0,523$, correlação positiva moderada; $R^2 0,274 - 27,4\%$

Fonte: Elaboração própria

Ao final das análises foi possível certificar que das duas hipóteses (h) aqui levantadas, apenas uma foi confirmada, enquanto a outra foi parcialmente refutada, porém com uma ressalva que merece ser destacada. A h_1 que parte do pressuposto de que quanto maior o gasto municipal, maior será o IDHM, foi totalmente confirmada. Como foi possível observar, ao analisar a despesa total e os gastos separados em educação e saúde, os resultados mostraram

que aqueles municípios que tiveram o maior montante de gastos durante o período são respectivamente os municípios que têm os melhores índices.

Já ao fazer a análise da h_2 foi possível perceber que ela foi parcialmente refutada. Isso porque os municípios que tiveram os maiores percentuais de gastos não foram necessariamente aqueles que têm os melhores índices. Na área da educação, onde foi possível constatar uma correlação negativa moderada foi possível perceber que municípios que detém bons índices não foram aqueles que aplicaram percentualmente mais em educação.

Na área da saúde, entretanto a relação demonstrou uma tendência de maior equilíbrio, primeiro porque os índices relacionados a longevidade tiveram variações baixas, segundo porque o percentual de gastos aplicados em saúde também obteve uma variação moderada, com municípios que tem bons índices gastando percentualmente de maneira igual ou inferior a municípios com menores índices.

Porém é necessário fazer uma ressalva quanto a h_2 , que diz respeito ao maior percentual de gastos em saúde e educação estarem relacionados a bons índices em longevidade e educação. De fato, a análise mostrou que em alguns casos a hipótese não se confirma, pois houve percentuais de gastos maiores realizados por municípios com índices menores. Entretanto ao fazer a análise do montante de gastos é possível observar que, mesmo tendo investido um percentual menor, os municípios em questão tiveram gastos maiores, se observado a sua totalidade. Ou seja, o percentual alto não se configurou nesse caso como um maior gasto em educação ou saúde, apenas demonstrou o quanto de suas despesas totais os municípios empregaram nas áreas, não considerando o montante total dos gastos.

Por fim, apenas para efeito de demonstração, já que a ausência de dados nesta pesquisa sobre os investimentos realizados em saúde e educação na década de 90 impossibilitam fazer uma análise mais precisa da evolução do IDHM determinada pelo gasto público, a tabela a seguir mostra como foi o comportamento dos municípios entre os anos 2000 e 2010, referente ao IDHM e entre os anos 2003 e 2010 referente aos gastos.

É possível observar que no quesito educação os municípios de menor IDHM foram os que obtiveram os maiores avanços, também foram esses municípios que, no período analisado, tiveram os maiores percentuais de gastos na área se comparados com suas despesas totais. Na saúde a relação se mostra mais equilibrada, assim como na evolução do IDHM no quesito longevidade, não houve avanços tão expressivos quanto no quesito educação, porém muito se deve também ao fato que os índices referentes a longevidade se mostraram bem melhores do que os referentes a educação tanto nos anos 2000 quanto no ano de 2010.

Tabela 6: Evolução do IDHM e % de gastos em educação e saúde.

Município	IDHM Educação				IDHM Longevidade			
	2000	2010	Crescimento (%)	% de Gasto Educação (2003-2010)	2000	2010	Crescimento (%)	% de Gasto Saúde (2003-2010)
Cabedelo	0,437	0,651	48,97%	18,68%	0,706	0,822	16,43%	26,69%
Patos	0,403	0,628	55,83%	27,90%	0,719	0,821	14,19%	33,52%
Cajazeiras	0,353	0,574	62,61%	42,42%	0,717	0,815	13,67%	n/c
Guarabira	0,350	0,586	67,43%	30,25%	0,699	0,812	16,17%	45,23%
Sousa	0,326	0,567	73,93	21,35%	0,699	0,814	16,45%	59,14%
Alagoa Grande	0,224	0,430	91,96	47,76%	0,684	0,797	16,52%	n/c
São Bento	0,201	0,424	110,95%	33,79%	0,709	0,769	8,46%	33,80%
Sapé	0,229	0,461	101,31%	46,49%	0,606	0,711	17,33%	n/c
Bananeiras	0,204	0,430	110,78%	38,22%	0,675	0,766	13,48%	27,31%
Mari	0,222	0,439	97,75%	36,62%	0,555	0,692	24,68%	51,40%

Fonte: Elaboração própria.

*n/c = não constam dados suficientes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir o presente trabalho foi de suma importância para ampliar os conhecimentos sobre a temática em questão. A participação social, adquirida através da CF/88 possibilitou que o cidadão se aproximasse da gestão pública, da mesma forma a gestão pública passou a ser pautada por princípios que norteiam uma maior participação social e uma maior transparências em seus atos. Esse conjunto de elementos corroborou com uma sociedade mais atenta ao emprego dos recursos públicos e ao mesmo tempo uma sociedade que demanda cada vez mais por excelências nos serviços prestados pelos governos.

Discutir os impactos dos gastos públicos nos índices de desenvolvimento humano no âmbito municipal é de grande relevância para poder compreender se de fato a má gestão fiscal impacta na prestação dos serviços ofertados e conseqüentemente no bem-estar da sociedade. Apesar de boa parte dos municípios brasileiros encontrarem-se com dificuldades fiscais, uma gestão pública pautada em responsabilidade, transparência e com foco na eficiência pode contribuir para os recursos sejam utilizados da melhor maneira possível. Algumas ferramentas de gestão, os indicadores por exemplos, auxiliam os gestores na tomada de decisão, a utilização desse tipo de ferramenta traz para a gestão pública uma enorme contribuição, pois demonstram através dos números situações que podem ser passíveis de mudanças a partir do planejamento e da capacidade de resposta da gestão pública para atender as demandas.

Partindo do objetivo de analisar o impacto dos gastos públicos, no âmbito dos municípios paraibanos selecionados, na variação do IDHM, os resultados dessa pesquisa apontaram que os gastos públicos são um fator condicionante na composição do IDHM. As análises realizadas demonstraram que o alto índice de desenvolvimento esteve atrelado aos municípios que tiveram os maiores gastos. Até quando foi analisado o percentual de gastos e observou que, alguns municípios com menores índices tinham maiores percentuais, se constatou também que esses percentuais ainda eram um montante de gastos menor do que os empreendidos por aqueles municípios com menores percentuais.

Para além dos resultados perseguidos pelo objetivo dessa pesquisa, também foi possível observar algumas análises que surgem como achados da pesquisa, por exemplo, os municípios realizaram em média 96% das despesas empenhadas ao longo desse período; os dois maiores percentuais de investimento são de municípios de menor IDHM; no somatório geral dos gastos apenas um município empregou mais de 60% em gasto com pessoal, o município com o melhor IDHM do grupo; e alguns municípios apresentaram aumento dos gastos em investimentos em anos eleitorais.

Para finalizar, a partir do que foi desenvolvido neste trabalho, é possível notar que os resultados obtidos referentes ao impacto dos gastos na variação do IDHM, ensejam a possibilidade de novas pesquisa sobre o mesmo tema. É possível, por exemplo, fazer uma análise levando em consideração todos os municípios do estado da Paraíba e avaliar se o nível de impacto permanece o mesmo ou se há alterações para mais ou para menos. É possível também realizar pesquisas referentes a composição dos gastos, observando-os quanto a sua natureza e fazendo essa correlação com os índices de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AGRA, K. T. H. **Índice de esforço fiscal dos municípios paraibanos no período de 2003 a 2014**. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Programa de Pós-Graduação em Economia do Setor Público, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 69 f. 2017.

ALBARELLO, C. B. **O papel do administrador na gestão pública**. Revista de Administração. v. 5, n. 9, p. 49-71. 2006. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/878>>. Acesso em 03 out 2018.

AMARAL, H. K. **Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira.** 2006. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/211/216>>. Acesso em: 02 out. 2018.

BENDIX, R. **Nation-Building and citizenship: studies of changing social order.** Berkeley: University of California Press. 1964.

CAVALCANTE, P.; LARIU, C. **Orçamento e desempenho municipal: uma análise comparada da qualidade do gasto público nas políticas sociais.** Revista do Serviço Público, v. 63, n. 3, p. 0-0, 2012. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/102>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

COURA, J. E. L.; CARVALHO, J. R. M.; SOUSA, A. F. **Indicadores sociais de gestão pública: uma análise nos maiores municípios do estado da Paraíba.** In: IV Congresso Brasileiro de Administração Pública: A Construção da Administração Pública no Século XXI. João Pessoa, PB: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2017 v.1 p. 565-578

COVRE, M. L. M. **O Que é Cidadania?** - 15a. reimpressão. 15a. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. **Desvendando os mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r).** Revista Política Hoje. vol. 18, n. 1, 2009.

FIORAVANTE, D. G.; PINHEIRO, M. M. S.; VIEIRA, R. S. V.; SANTOS, J. C. **Lei de responsabilidade fiscal e finanças públicas municipais: impactos sobre despesas com pessoal e endividamento.** IPEA, 2006. (Texto para Discussão, n. 1223).

FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Ano-Base 2013.** Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2017.

FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Análise especial Paraíba.** Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2016.

GAPINSKI, I.; CLEMENTE, A; TAFFAREL, M.; GERIGK, W. **O impacto da LRF no desempenho financeiro dos municípios de médio porte do Sul do Brasil.** Anais do Congresso Internacional de Administração, Ponta Grossa, PR, Brasil, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIUBERTI, A. C. **Lei de responsabilidade fiscal: efeitos sobre o gasto com pessoal dos municípios brasileiros.** anais do XXXIII ANPEC, 2005.

GOMES, M. L. S.; OLIVEIRA, F. C. **Modelos organizacionais de administração pública: um estudo dos aspectos da realidade cearense na estrutura de referência das reformas do Estado.** Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, v. 12, n. 28, set/dez, 2010.

GONÇALVES, L. F. **As políticas de emprego e o tripartismo: desafios para a coordenação do bem-estar social no Brasil.** 2013. 142 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceito, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos.** 3^a ed. Campinas: Alínea; 2004.

LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. **Associação entre os indicadores de qualidade da gestão pública municipal e indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros.** Revista Gestão Pública Práticas e Desafios. volume VIII, n. 2, out 2015.

LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. **Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 20, n. 67, 2015.

MARTINS, E.G.M. **Coefficiente de determinação.** Revista de Ciência Elementar. vol. 6 (01):024, 2018.

MENDONÇA, A.; ROCHA, C.; NUNES, H. **Trabalhos acadêmicos, planejamento, execução e avaliação.** Goiânia: Alfa, 2008.

MENEZES, R. T. **Impactos da lei de responsabilidade fiscal sobre os componentes de despesa dos municípios brasileiros.** Brasília: ESAF, 2005. 64 p. Monografia premiada em 1º lugar no X Prêmio Tesouro Nacional – 2005, Lei de Responsabilidade Fiscal, Brasília (DF).

MIRALDO, V. R.; MARTINS, L. G. Microrregião de Curitiba: **Uma análise do IDH e IDHM no período de 2000 e 2010.** 2017. Disponível em: < <http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/viewFile/743/625>>. Acesso em 02 out. 2018.

MONNERAT, C. N.; ALTAF, J. G. **A gestão municipal como agente de desenvolvimento local: o caso de Três Rios cidade empreendedora.** XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT. Resende, 2015.

OLIVEIRA, F. H; PETER, M. G. A., MENESES, A. F. **Lei de responsabilidade fiscal: implicações nos indicadores sociais municipais.** Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, Brasil, 2009.

OLIVEIRA, M. DE J.; SILVA E. A. **Eficiência na Gestão Fiscal Pública e o Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios da Microrregião de Cataguases/MG.** V Encontro de Administração Pública e Governo - EnApg (p. 1-16). Salvador, Brasil: 2012.

PEREIRA, D. R. M.; PINTO, M. R. **A importância do entendimento dos indicadores na tomada de decisão de gestores públicos.** Revista do Serviço Público, v. 63, n. 3, p. 363-380, 2012.

PNUD BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro: Sério Altas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** 96 p. PNUD, Ipea, FJP, Brasília, 2013. Disponível em < http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19153>. Acesso em: 17 out. 2018.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. **A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo.** Revista Universo Contábil, Blumenau-SC, v. 1, n. 1, p. 1-2, 2005.

ROCHA, R. **A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil.** Revista Pós Ciências Sociais. v. 1 n. 11, São Luís/MA, 2009.

ROMANO, L. S.; MOURÃO, Gustavo Nunes. **Gestão Fiscal e desenvolvimento humano nos municípios do Paraná.** 2015. Disponível em: <<https://cadernopaic.fae.emnuvens.com.br/cadernopaic/article/view/94/93>>. Acesso em 02 out. 2018.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. **Estudo dos fatores condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 909-933, 2007.

SILVA, A. R. P.; SILVA, M. C.; SOUZA, F. J. V.; SILVA, J. D. G. **Gastos Públicos na melhoria da qualidade de vida: avaliação de funções de governo dos 40 municípios melhores classificados no IDHM.** Revista de Administração e Contabilidade, v.7, p. 5-21, São Paulo, 2015.

SILVA, J. M. C.; KUWAHARA, M. Y.; MACIEL, V. F. **A eficiência dos gastos municipais na geração de bem-estar na região metropolitana de São Paulo.** RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano XIV nº 26, dezembro, Salvador, BA, 2012.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública.** São Paulo. 2009.

SOUZA, Magda Cristina de; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; KHAN, Ahmad Saeed. **Mecanismos de gestão municipal e a promoção dos direitos humanos.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, vol.49, n.4, pp 985-1009. Jul/Ago. 2015.

SOUZA, S. M. **Gestão pública municipal: diagnósticos e construção de cenários**. 2012. Disponível em: <http://www.cariacica.es.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/Agenda_GestaoPublica.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

TERNOSKI, D. M.; RIBEIRO, F.; CLEMENTE, A. **A Influência da Aplicação de Recursos Públicos nas Áreas de Educação e Saúde com os Índices Sociais nos Municípios Paranaenses**. Revista Capital Científico - Eletrônica, v. 15, n. 1, p. 1-15, 2017.

ZUCATTO, L. C.; SARTOR, U. M.; BEBER, S.; WEBER, R. **Posição de indicadores de desempenho na gestão pública**. Contexto, Porto Alegre. vol. 9, n. 16, jul/dez/2009.